30 — Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as normas constantes da legislação em vigor.

4 de abril de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos*.

ANEXO I

Programa da Prova de Conhecimentos

Bibliografia e Legislação:

Conhecimento da Língua Portuguesa;

Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01-Código do Procedimento administrativo;

Lei n.º 75/2013, de 12/09 — Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Lei n.º 50/2018, de 16/08; Lei n.º 42/2016, de 28/12; Lei n.º 7-A/2016, de 30/03; Lei n.º 69/2015, de 16/07; Lei n.º 25/2015, de 30/03; Retificação n.º 50-A/2013, de 11/11; Retificação n.º 46-C/2013, de 01/11;

Lei n.º 35/2014, de 20/06 — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: DL n.º 6/2019, de 14/01; Lei n.º 71/2018, de 31/12; Lei n.º 49/2018, de 14/08; Lei n.º 73/2017, de 16/08; Lei n.º 70/2017, de 14/08; Lei n.º 25/2017, de 30/05; Lei n.º 42/2016, de 28/12; Lei n.º 18/2016, de 20/06; Lei n.º 84/2015, de 07/08; Lei n.º 82-B/2014, de 31/12; Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08;

Lei n.º 66-B/2007, de 28/12 — Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Lei n.º 66-B/2012, de 31/12; Lei n.º 55-A/2010, de 31/12; Lei n.º 64-A/2008, de 31/12.

312204937

MUNICÍPIO DE BRAGA

Aviso (extrato) n.º 7127/2019

Elaboração de Plano de Urbanização para as Sete Fontes

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, torna público, em cumprimento e para os efeitos do disposto nos artigos 76.º e 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que a Câmara Municipal de Braga deliberou, em 25 de fevereiro de 2019, a abertura do procedimento de elaboração de Plano de Urbanização para as Sete Fontes para a área delimitada em planta anexa.

Decorre desta deliberação que este procedimento terá de estar concluído em nove meses, sem sujeição a avaliação ambiental estratégica. Toda a documentação estará disponível na página oficial do município.

O período de participação preventiva terá duração de 20 dias úteis. A formulação de sugestões e a apresentação de informações devem ser registadas pelo Balcão Único de Braga, por receção de requerimento genérico tendo como Assunto “Plano de Urbanização para as Sete Fontes” de modo presencial, por correio ou pelo correio eletrónico (sete.fontes@cm-braga.pt).

19 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.

Deliberação

Ana Maria de Araújo e Silva, Coordenadora Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos da Câmara Municipal de Braga:

Certifico, no uso de competências subdelegadas pelo Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospecção, em catorze de novembro de 2017, que da minuta da ata reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga, realizada no dia 25 de fevereiro de 2019, com a presença da maioria dos membros, consta ter sido aprovada a seguinte deliberação: proposta de abertura do procedimento de alteração do plano diretor municipal: Do Sr. Vereador do Planeamento, do Património e da Regeneração Urbana, submetendo novamente à consideração do Executivo Municipal o processo relativo a abertura de procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal em vigor para a área delimitada na planta anexa bem como abertura de procedimento de elaboração do Plano de Urbanização para a área delimitada em planta relativa à área

das Sete Fontes, cujos documentos fazem parte integrante da minuta. “Deliberado aprovar. A DSJC”.

O Referido É Verdade

Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, 14 de março de 2019. — A Coordenadora Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos da Câmara Municipal de Braga, *Ana Maria de Araújo e Silva*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

48999 — http://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/i/PAinterv_48999_Planta_PU.jpg
612205714

Edital n.º 517/2019

Alvará de loteamento n.º 46/96 Processo n.º 15088/1997 — E/5184/2019

Doutor Miguel Sopas de Melo Bandeira, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2017/11/06:

Faz saber que, nos termos do artigo 27.º, n.º 2, ex vi artigo 22.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e alínea e) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objeto a alteração ao lote 16 do alvará de loteamento n.º 46/96, sito no Lugar no Lugar de Eirado, Gaião, Cimo de Vila ou Boca ou Campo da Porta, Eira da Cachada e Boucinha, Freguesia de Nogueiró (atualmente integrada na União das Freguesias de Nogueiró e Tenões), deste concelho, em que é requerente Pedro Miguel Fernandes Rodrigues, que consiste no seguinte: Aumento da área de implantação passando, para 296,50 m²; Aumento da área de construção da habitação, passando para 296,50 m². Assim, a área total de construção do referido lote 16 passa, agora, a ser de 416,50 m²; Redução do volume de construção, que passa a ser de 1 249,50 m³; Redução de 1 piso, passando de 3 para 2 pisos, sendo 1 piso acima da cota de soleira e 1 piso abaixo da cota de soleira. São, ainda, aumentadas as áreas totais de implantação e construção que passam, agora, a ser de 13 937,71 m² e 35 322,85 m², respetivamente. É reduzido o volume total de construção que passa a ser de 133 103,95 m³. Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, relativamente à pretendida operação urbanística. Mais se torna público que o processo respeitante à alteração à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos Serviços Municipais, se encontra disponível para consulta, na Direção Municipal (DMUOP), sita no Edifício do Pópulo, Braga

2019/03/29. — O Vereador, *Miguel Sopas de Melo Bandeira*, Doutor.
312199973

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 7128/2019

Procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior — área de atividade — engenharia civil (DU).

1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, e conforme o preceituado no artigo 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por deliberação da Câmara Municipal de Bragança de 28 de janeiro de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, para preenchimento de 2 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior — área de atividade — engenharia civil (m/f).

2 — Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008 de 31 de julho, Portaria n.º 83-A/2009, 22 de janeiro, na redação da Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

3 — De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais de 15/05/2014, homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15/07/2014, “as autar-